

# MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB

1°-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD 2°-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV 1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT 2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT 3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

#### LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)		
Líder Deputado André Quintão		
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutro Jean Freire Deputada Rosângela Reis	

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC – PSC)		
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho	
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin	

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PTB – DEM)		
Líder	Deputado Gustavo Corrêa	
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO		
Líder	Deputado Durval Ângelo	
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana	



# **COMISSÕES PERMANENTES**

# COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:				
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM			
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	PR – BMM		
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG			
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC			
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC			
	·			
MEMBROS SUPLENTES:				
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM			
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG			
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM			
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM			
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG			
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC			
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC			

# COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:			
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG		
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM		
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM		
MEMBROS SUPLENTES:			
Deputado Nozinho	PDT – BVC		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM		

# COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente



Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarqüínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

# COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:			
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC		
MEMBROS SUPLENTES:			
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM		
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM		



Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB- BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	·
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputada Celise Laviola Deputado Doutor Wilson Batista	PMDB – BMM PSD – BCMG	
1		

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	



Deputado Braulio Braz	PTB – BVC
MEMBROS SUPLENTES:	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC

# **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado		
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	·
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Departudo Gustavo valudares	I SDB BYC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
-		



# COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	·
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

# COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarqüínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	



Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
MEMBROS SUPLENTES:	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
	,	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	

# COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	



# COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
	·	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique PRB – BMM		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	nenta PCdoB – BMM	

# COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:			
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	·	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG		
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC		
MEMBROS SUPLENTES:			
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG		
Deputado Hely Tarqüínio	PV – BCMG	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC		

# **COMISSÃO DE SAÚDE**

 $Reuni\tilde{o}es\ Ordinárias:\ quartas-feiras-9\ horas$ 

MEMBROS EFETIVOS:			
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	·	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:			
Deputado Neilando Pimenta	eputado Neilando Pimenta PP – BVC		



Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Léo Portela	PRB – BMM
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	·
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	

# COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	·
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

# COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente



Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	

# COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	·
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTES:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarqüínio

# **SUMÁRIO**

- 1 ATA
- 1.1 Reunião de Comissão
- 2 ORDENS DO DIA
  - 2.1 Plenário
  - 2.2 Comissões
- 3 EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
  - 3.1 Plenário
  - 3.2 Comissões
- 4 TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 6 ERRATA





# ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2017

As 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissões. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lorena Luiza Chagas Lemos, coordenadora de políticas de equidade da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário; Desirée Martins Perez Garcia, chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, representando o secretário; e Célia Carvalho Nahas, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Regis Aparecido Andrade Spíndola, superintendente de Proteção Social Especial da Subsecretaria de Assistência Social, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Sebastião Everton de Oliveira, da coordenação de educação de Direitos Humanos, representando a secretária de Estado de Educação; Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevcamg; Pedro Patrus, vereador do Município de Belo Horizonte e presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte; Luiz Fellipe dos Reis Batista, representante da Rede de Adolescentes, Jovens e Educadores do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – RAD-Fevcamg; e Wellington Rodrigues do Amorim, presidente do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Marília Campos – Rosângela Reis.



#### ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.



#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### (das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

#### 2ª Fase

#### (das 16h15min em diante)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.092/2017, do governador do Estado, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer das Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira. Designado como relator em Plenário, o deputado Durval Ângelo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.794/2016, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2016, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.840/2016, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2016. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela



aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 132/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, que institui o Dia do Ciclista no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 287/2015, do deputado Arlen Santiago, que institui o Dia do Perito Examinador de Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 320/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, que institui a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 615/2015, da deputada Rosângela Reis, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 698/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que institui o Dia Estadual do Combate ao Acidente de Trabalho e em Defesa da Saúde do Trabalhador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite, que dispõe sobre a criação da Comenda Vice-Presidente José Alencar para homenagear personalidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico-social e o aprimoramento da atividade política no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justica.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.084/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que institui no Estado o Dia do Agente de Segurança Penitenciário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.346/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., que institui no Calendário Oficial do Estado a Semana Estadual do Jovem Empreendedor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.420/2015, do deputado Durval Ângelo, que institui o Dia Internacional do Direito à Verdade no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.459/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que institui o Dia Estadual das Cervejarias Artesanais Mineiras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.668/2015, do deputado Geraldo Pimenta, que institui o Dia Estadual do Queijo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.953/2015, do deputado Thiago Cota, que institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate à Obesidade em escolas públicas estaduais de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 972/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado pelo órgãos da administração pública do Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.613/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abadia dos Dourados o trecho que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 895/2015, do deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a Política Pública de Prevenção e Controle do Diabetes em Crianças e Adolescentes Matriculados nas Escolas da Rede Pública e Privada de Ensino e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.094/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o poder Executivo a fazer reverter ao Município de Tombos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre os livros técnicos e didáticos de nível fundamental, médio e superior de ensino em formato de texto digital acessível para as pessoas com deficiência visual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.491/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 14.318, de 19 de junho de 2002, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piumhi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.669/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.821/2015, do deputado Neilando Pimenta, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de atendimento e acompanhamento psicossocial às famílias das vítimas de calamidades públicas e dá outras



providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2, da mesma comissão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.833/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Goiabal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.934/2015, do deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao acesso dos alunos da rede pública estadual ao cinema. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.947/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a Lei nº 12.503, de 30 de maio de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.280/2015, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a comercialização de uniformes escolares no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.560/2015, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Pontas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.290/2016, do deputado Nozinho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Maria de Itabira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.401/2016, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.424/2016, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Viçosa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a



Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.675/2016, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Betim o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.875/2016, do deputado André Quintão e outros, que concede anistia aos profissionais da educação básica do Estado integrantes, lotados ou em exercício no quadro de pessoal das superintendências regionais de ensino e do Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação de que tratam as Leis nºs 15.293, de 2004, e 15.784, de 2005, que aderiram ao movimento grevista de sua categoria nas paralisações realizadas no ano de 2015, referentes aos dias 29/4, 14/5, 16/6, 25/6, 1º/7, 9/7, 15/7, e no período de 27/7 a 20/10, em decorrência de movimentos reivindicatórios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.985/2017, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iturama o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

#### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

# ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/5/2017

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

# 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.936, 6.939, 6.941, 6.945, 6.947, 6.949, 6.973 e 6.974/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 7.035/2017, do deputado Emidinho Madeira; 7.040/2017, da deputada Rosângela Reis; e 7.044/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/5/2017

#### 1<sup>a</sup> Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



#### 3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as ameaças sofridas por lideranças locais no Município de Conceição do Mato Dentro, tendo em vista as críticas e denúncias existentes contra a Mineradora Anglo American e suas práticas na exploração dos recursos minerais nessa cidade.

Recebimento e votação de requerimentos.

# ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/2017

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.356/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.569/2015, do deputado Tiago Ulisses; e 1.608/2015, do deputado Vanderlei Miranda.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/5/2017

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

# 2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

#### 3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação das nascentes que abastecem a Represa Várzea das Flores e os impactos ambientais das ocupações irregulares.

Recebimento e votação de requerimentos.

# ORDEM DO DIA DA 8º REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18º LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/5/2017

#### 1<sup>a</sup> Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.116/2017, do deputado Durval Ângelo; Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2017, do deputado Rogério Correia e outros; Projetos de Lei nºs 62/2015, dos deputados Fred Costa e Paulo Lamac; 445/2015, do deputado Fred Costa; 1.071/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.827/2015, do deputado João Vítor Xavier; 4.120/2017, do deputado Durval Ângelo; 3.923/2016, do deputado Roberto Andrade; 3.968/2016, do deputado Rogério Correia; 4.000/2017, do deputado



Dalmo Ribeiro Silva; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.010/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.029/2017, do deputado Rogério Correia; e 4.115/2017, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 179/2015, do deputado Inácio Franco; 1.517/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.703/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.834/2016, do deputado Cássio Soares; 3.838/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.903/2016, do deputado Ulysses Gomes; 3.918/2016, do deputado Rogério Correia; 3.944/2016, do deputado Gil Pereira; 3.961/2016, do deputado Paulo Lamac; 3.975/2017, do deputado Paulo Guedes; 3.992/2017, do deputado Noraldino Júnior; 3.998/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.012/2017, do deputado Gustavo Corrêa; 4.022/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.033/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.040/2017, do deputado Cássio Soares; 4.043/2017, do deputado Geisa Teixeira; 4.066/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.076/2017, do deputado Iran Barbosa; 4.079/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho; 4.099/2017, do deputado Leonídio Bouças; 4.163/2017, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/2017

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.063 e 7.064/2017, do deputado Ivair Nogueira; e 7.086/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/2017

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/5/2017

# 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

# 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.014/2015, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



# ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/5/2017

#### 1<sup>a</sup> Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 834/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.133/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.796/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.806/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

#### 3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a adequação das comunidades terapêuticas com vistas a sua atuação no acolhimento de adolescentes.

Recebimento e votação de requerimentos.

# ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/5/2017

#### 1<sup>a</sup> Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.077/2017, do deputado Léo Portela; 7.085/2017, do deputado Gil Pereira; 7.090/2017, do deputado Thiago Cota; e 7.093/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

# ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/5/2017

# 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 7.019/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



# EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 10 e as 18 horas do dia 24 de maio de 2017, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas; à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado; à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais; e à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS; 132/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, que institui o Dia do Ciclista no Estado; 287/2015, do deputado Arlen Santiago, que institui o Dia do Perito Examinador de Trânsito e dá outras providências; 320/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, que institui a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos e Educação Continuada; 615/2015, da deputada Rosângela Reis, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil; 698/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que institui o Dia Estadual do Combate ao Acidente de Trabalho e em Defesa da Saúde do Trabalhador; 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite, que dispõe sobre a criação da Comenda Vice-Presidente José Alencar para homenagear personalidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico-social e o aprimoramento da atividade política no Estado; 895/2015, do deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a Política Pública de Prevenção e Controle do Diabetes em Crianças e Adolescentes Matriculados nas Escolas da Rede Pública e Privada de Ensino e dá outras providências; 972/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado pelo órgãos da administração pública do Estado; 1.084/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que institui no Estado o Dia do Agente de Segurança Penitenciário; 1.094/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Tombos o imóvel que especifica; 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre os livros técnicos e didáticos de nível fundamental, médio e superior de ensino em formato de texto digital acessível para as pessoas com deficiência visual e dá outras providências; 1.346/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., que institui no Calendário Oficial do Estado a Semana Estadual do Jovem Empreendedor; 1.420/2015, do deputado Durval Ângelo, que institui o Dia Internacional do Direito à Verdade no Estado; 1.491/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 14.318, de 19 de junho de 2002, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piumhi o imóvel que especifica; 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica; 1.669/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica; 1.821/2015, do deputado Neilando Pimenta, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de atendimento e acompanhamento psicossocial às famílias das vítimas de calamidades públicas e dá outras providências; 1.833/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Goiabal o imóvel que especifica; 1.934/2015, do deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao acesso dos alunos da rede pública estadual ao cinema; 1.947/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a Lei nº 12.503, de 30 de maio de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água; 2.280/2015, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a comercialização de uniformes escolares no Estado de Minas Gerais; 2.459/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que institui o Dia Estadual das Cervejarias Artesanais Mineiras; 2.560/2015, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao



Município de Três Pontas o imóvel que especifica; 2.668/2015, do deputado Geraldo Pimenta, que institui o Dia Estadual do Queijo; 2.953/2015, do deputado Thiago Cota, que institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate à Obesidade em escolas públicas estaduais de Minas Gerais; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários; 3.290/2016, do deputado Nozinho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Maria de Itabira o imóvel que especifica; 3.401/2016, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho rodoviário que especifica; 3.424/2016, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo os imóveis que especifica; 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Viçosa o imóvel que especifica; 3.613/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abadia dos Dourados o trecho rodoviário que especifica; 3.675/2016, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Betim o imóvel que especifica; 3.794/2016, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2016, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 3.840/2016, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2016; 3.875/2016, do deputado André Quintão e outros, que concede anistia aos profissionais da educação básica do Estado integrantes, lotados ou em exercício no quadro de pessoal das superintendências regionais de ensino e do Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação de que tratam as Leis nºs 15.293, de 2004, e 15.784, de 2005, que aderiram ao movimento grevista de sua categoria nas paralisações realizadas no ano de 2015, referentes aos dias 29/4, 14/5, 16/6, 25/6, 1°/7, 9/7, 15/7, e no período de 27/7 a 20/10, em decorrência de movimentos reivindicatórios; 3.985/2017, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iturama o imóvel que especifica; e 4.092/2017, do governador do Estado, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de maio de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

# Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 24/5/2017, às 8 horas, na Praça Carlos Chagas, em Belo Horizonte, com a finalidade de acompanhar o evento de valorização da cultura cafeeira a ser promovido pela Faemg para a divulgação da Semana Internacional do Café, que acontecerá de 25 a 27 de outubro de 2017.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 24/5/2017, às 9h30min e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.665, 5.677, 5.684, 5.717, 5.718, 5.727, 5.728, 5.747 a 5.750, 5.798 a 5.807, 5.824, 5.825, 5.855, 5.861, 5.863, 5.864, 5.868 a 5.876, 5.888 a 5.890, 5.921/2016, do deputado Cabo Júlio, 7.046 e



7.074/2017, do deputado Sargento Rodrigues, 7.066/2017, da Comissão de Administração Pública, e 7.082/2017, do deputado Elismar Prado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.



# TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### **MENSAGEM Nº 267/2017**

#### (Correspondente à Mensagem n° 296, de 19 de maio de 2017)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho à Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação dessa egrégia Assembleia, emenda ao Projeto de Lei nº 4.135, de 2017, que cria os fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências.

A presente emenda propõe alterar os Anexos I e II do presente projeto de lei a fim de adequar as relações dos imóveis de propriedade do Estado vinculados aos fundos estaduais a que se pretende criar.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a emenda ao projeto de lei em questão.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Governador do Estado

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 4.135, DE 2017

Altera-se os Anexos I e II do Projeto de Lei nº 4.135, de 2017:

#### "ANEXO I

#### (a que se refere o art. 44 da lei nº, de de de 2017)

Constituem imóveis de propriedade do Estado vinculados ao Faimg:

- A relação dos imóveis constantes do Anexo I está disponível no *link* a seguir:

https://www.almg.gov.br/consulte/arquivo\_diario\_legislativo/pdfs/2017/05/Anexo-I-Imoveis-vinculados-ao-FAIMG.pdf

#### ANEXO II

### (a que se refere o inciso II do art. 50 da lei nº, de de de 2017)

Constituem imóveis de propriedade do Estado vinculados ao Fiimg:

- A relação dos imóveis constantes do Anexo II está disponível no *link* a seguir:

https://www.almg.gov.br/consulte/arquivo\_diario\_legislativo/pdfs/2017/05/Anexo-II-Imoveis-vinculados-ao-FIIMG.pdf

#### **MENSAGEM Nº 268/2017**

(Correspondente à Mensagem n° 297, de 22 de maio de 2017)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,



Encaminho à elevada deliberação dessa egrégia Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 4.092, de 2017, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências.

Informo à Vossa Excelência que a presente emenda visa a garantir a continuidade da prestação dos serviços relativos ao ensino superior, à pesquisa e à extensão prestados pelo Estado, em razão da impossibilidade de realização de concurso público decorrente das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Universidade do Estado de Minas Gerais possui uma missão institucional prescrita na Constituição Estadual cuja viabilização precisa ser garantida. Para tanto, é necessário um mínimo de pessoal capaz de manter a continuidade dos serviços administrativos prestados em suas unidades.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a presente emenda ao projeto de lei em questão.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Governador do Estado

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 4.092/2017

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, o seguinte § 3º:

Art.  $4^{\circ} - (...)$ 

§ 3º – No caso do inciso V do art. 2º, na área de ensino superior, pesquisa e extensão, aplica-se o prazo máximo previsto no inciso IV, admitida a prorrogação por até três anos."

#### **MENSAGEM Nº 269/2017**

# (Correspondente à Mensagem n° 298, de 23 de maio de 2017)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do art. 69 da Constituição Estadual, que seja retirada a urgência na apreciação do Projeto de Lei n° 4.135, de 2017, solicitada na Mensagem n° 229, de 6 de abril de 2017, que cria os fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Governador do Estado

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.322/2017**

Dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2017.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – O valor do índice básico utilizado para o cálculo da tabela de vencimentos básicos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, previsto no art. 5° da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007, com a incidência dos reajustes aplicados até o previsto na Lei nº 22.086, de 2 de maio de 2016, fica reajustado em 4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento), passando a ser



de R\$673,87 (seiscentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos), a partir de 1º de abril de 2017, nos termos do art. 2º da Lei nº 19.838, de 2 de dezembro de 2011.

Art. 2° – O disposto no art. 1° não se aplica:

I – aos proventos calculados com base na média das remunerações prevista no art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República, e que sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo art. 40;

II – aos proventos percebidos conforme as regras e os critérios estabelecidos pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS –, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 23 de maio de 2017.

Mesa da Assembleia

**Justificação**: O projeto de lei que ora apresentamos tem por finalidade atender ao disposto no art. 2º da Lei nº 19.838, de 2 dezembro de 2011, no qual se estabelece que a remuneração e os proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, nos termos do caput do art. 24 da Constituição do Estado e do inciso X do caput do art. 37 da Constituição da República, serão revistos no mês de abril, sem distinção de índices.

Como a inflação acumulada no período compreendido entre 1º/4/2016 e 31/3/2017 foi de 4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento), com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPCA –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística – IBGE –, a proposta que trazemos à apreciação deste Plenário é a aplicação desse índice, passando o valor básico da tabela a ser de R\$673,87 (seiscentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos).

Responsabilidade Fiscal – LRF. Conforme se pode verificar no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo a 2016, o gasto da Secretaria da Assembleia Legislativa na área de pessoal, sem a dedução de inativos e pensionistas, foi de 1,6509% em relação à Receita Corrente Líquida, bem abaixo, portanto, do limite imposto pela LRF.

Considerando que o projeto em epígrafe trata apenas de restabelecer o poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores da Casa em virtude da defasagem decorrente do processo inflacionário, não configurando aumento real de salário, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares à sua aprovação.

Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a",
 do Regimento Interno.

# PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.747/2015

#### Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

# Relatório

De autoria do deputado Antônio Lerin, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Liga Desportiva Unaiense, com sede no município de Unaí.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Liga Desportiva Unaiense, com sede no Município de Unaí, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do futebol amador.

Na consecução desse propósito, a instituição representa suas filiadas junto às entidades de administração do desporto; realiza cursos de formação de atletas, árbitros e técnicos; e organiza e executa eventos esportivos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento do desporto no Município de Unaí, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.747/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2017.

Fábio Avelar Oliveira, relator.

#### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.621/2016

#### Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

#### Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Reabilitação Ebenézer, com sede no Município de Paracatu.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.621/2016 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Reabilitação Ebenézer, com sede no Município de Paracatu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prevenção ao uso de substâncias psicoativas e o tratamento dos dependentes.

Com esse propósito, a instituição promove gratuitamente a educação, cultura, assistência, saúde e reintegração ao convívio familiar, comunitário e social da criança, do jovem e do adulto, tendo como prioridade a assistência e o tratamento de mulheres dependentes químicas de álcool e outras drogas, propiciando a elas a construção um novo projeto de vida; e, além disso, contribui para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir a universalidade e a qualidade da atenção à criança e ao adolescente na perspectiva de concretizar o direito e as oportunidades de acesso aos bens socioculturais necessários ao desenvolvimento humano e social.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Centro de Reabilitação Ebenézer, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.621/2016, em turno único, na forma apresentada.



Sala das Comissões, 22 de maio de 2017.

Léo Portela, relator.

# MATÉRIA ADMINISTRATIVA

# ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cleria Maria Silva, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência; exonerando Marcos Aurélio Costa Lagares, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência; nomeando Ana Luiza Magalhães Martins, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

# AVISO DE LICITAÇÃO

### Pregão Eletrônico nº 38/2017

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 64/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/6/2017, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de chapas de MDF e fitas de borda.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### TERMO DE CONTRATO Nº 44/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Mineira de Municípios. Objeto: patrocínio do 34º Congresso Mineiro de Municípios. Vigência: de 9 a 11/5/2017. Licitação: inexigível. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

#### PROJETO MINEIRANÇAS – ARTESANATO

#### EDITAL Nº 4, DE 28 DE MARÇO DE 2017

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no item 6.3 do Edital nº4, de 28/3/2017, referente ao Projeto Mineiranças – Artesanato, faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação.

#### RELAÇÃO DOS INSCRITOS HABILITADOS

**PROPONENTES** 



1	Associação Beneficente Natal Justino da Costa
2	Associação Comunitária dos Artesãos de Turmalina – Soarte
3	Associação Comunitária Noiva do Cordeiro
4	Associação Cultural e Ambiental Projeto Jaíba – Acapja
5	Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros de Viçosa – Ativarte
6	Associação dos Artesãos de Carmo do Rio Claro
7	Associação dos Artesãos de Jaíba
8	Associação dos Artesãos de Turmalina – Astur
9	Associação dos Lavradores e Artesãos de Campo Alegre
10	Associação Fazendo Artes de Pirapora
11	Associação dos Artesãos de Santa Cruz de Chapada do Norte – Arca
12	Associação para Educação Popular e Solidária de Belo Horizonte

# RELAÇÃO DOS INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPO	NENTE	JUSTIFICATIVA
1	Associação das Mulheres de Granada – Asmugra	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, itens 3.3 b e 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa jurídica e de pessoa física responsável pela inscrição).
2	Associação dos Artesãos de Minas Novas	A proposta não atende ao disposto no item 5.1 d.
3	Casa de Cultura Rota Rupestre	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, itens 3.3 b e 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa física responsável pela inscrição).
4	Central Mãos de Minas	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, item 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa jurídica).
5	Central Veredas	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, itens 3.3 b e 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa física responsável pela inscrição).
6	Fundação Educacional Amigos de Barroso – Fecab	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, itens 3.3 b e 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa física responsável pela inscrição).
7	União de Moradores do Bairro Santa Martinha	A proposta não atende ao disposto no Anexo I, itens 3.3 b e 3.4 (inconsistência/ausência de dados de identificação da pessoa física responsável pela inscrição).

Os itens 6.4 e 6.5 do edital em epígrafe dispõem que o proponente não habilitado poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis contados a partir da data de publicação, no *Diário do Legislativo*, do resultado da fase de habilitação. O recurso, conforme disposto no item 6.5, deverá ser entregue pessoalmente, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, ou via Correios (Sedex) no endereço constante no item 4.3 do edital:

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Térreo – Bairro Santo Agostinho

Belo Horizonte – MG – CEP: 30.190-921

Belo Horizonte, 23 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



# ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/5/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/5/2017, na pág. 6, no título, onde se lê:

"5ª REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"6ª REUNIÃO ORDINÁRIA".